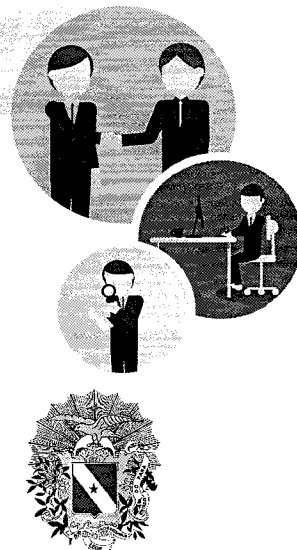


NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

TARDE

CARGO 04:

TÉCNICO DO REGISTRO MERCANTIL NÍVEL I CLASSE A - DIREITO



**GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ**

**FUNDAÇÃO
CETAP**

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 60, em ordem sequencial. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** Você deve conferir, na capa do Caderno de Questões e no rodapé das páginas internas, o nível e o cargo a que este Caderno de Questões se refere. Caso você tenha recebido um Caderno de Questões que não corresponda ao mesmo nível e cargo descritos no seu Cartão Resposta, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala e exija o Caderno de Questões correto.
- 03** As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- 04** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 05** A Prova Discursiva deverá ser manuscrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- 06** A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- 07** O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e da Prova Discursiva é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- 08** Somente depois de decorridos 120 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova.
- 09** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 10** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

! ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte "frase mestra" de Carter Brow:

"Na realidade, vendas e serviços são inseparáveis"

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

CONCURSO PÚBLICO C-211



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões.

VICIADOS EM APLICATIVOS

Ao deixar decisões com o mundo virtual, afeto minha criatividade.

De uns tempos para cá, ninguém mais dirige sem Waze. Mesmo sabendo o caminho, as quebradas, os truques. Confesso: conheço bastante bem São Paulo e mal sei usar o aplicativo. Não que eu seja contra. Há muitos anos, no Japão, fiquei deslumbrado com a possibilidade de chegar aonde quisesse. O aplicativo também me salvou em uma viagem à Alemanha. Quando o Waze desembarcou aqui, achei ótimo. Mas aí estava com um amigo, indo para minha casa. Um caminho conhecidíssimo ele botou o Waze.

- É melhor - respondeu ele, com expressão de esfinge.

Fomos. O trajeto congestionado. Propus uma rota alternativa. O motorista não gostou. Deu uma guinada à direita.

- Por que virou?

- O Waze mandou. Aqui está vazio.

Estava. Todos os veículos, todos viraram imediatamente na mesma direção, congestionando toda a rua. Óbvio. O aplicativo dissera para fazerem o mesmo. E aí foi: uma sucessão de conversões, desvios, para chegar a novos congestionamentos. Quem vive há muito tempo em uma cidade tem seus truques. O Waze segue a lógica, inclusive de quilometragem. Mas não dá margem ao jeitinho pessoal, que é, frequentemente, a salvação. Por exemplo, seu eu vou para o Rio de Janeiro, quero pegar a Ayrton Sena, que é uma rodovia mais tranquila em termos de caminhões. O Waze sempre indica a Dutra. Quando há outro no volante, começa a briga.

- Vai pela direita.

- O Waze está mandando à esquerda.

- Mas eu prefiro...

- É melhor. Diz que está vazia.

- **ENTRA À DIREITA DE UMA VEZ!**

Mas a questão não é exatamente essa. Motoristas experientes abdicam de todo seu conhecimento. Anos de tráfego para não pensarem um segundo sequer no caminho.

Não sou maluco por aplicativo. Até hoje não incorporei a Siri à minha vida. Fico satisfeita em teclar. Sim, é uma facilidade. Temos de viver entre tantas.

Existe uma tal Alexia, que torna a casa inteligente. Uma companheira. Lê as notícias, toca música, prevê o tempo. Controla a casa. Pede comida. Até conta piadas. Há também a Siri, já citada aqui, e o Google Home, Aplicativos que cuidam da sua, da minha, da nossa vida.

Fazem parte de uma mesma tendência. Deixar tarefas e decisões por conta do mundo virtual. Ninguém mais tem de escolher uma música. Basta abrir uma lista do Spotify, que nem precisa ser sua mesmo, mas de alguém que você admira. É fascinante. Mas sinto que cada vez mais me torno menos criativo. Se eu sigo o caminho do Waze, nunca entrarei por acaso em uma ruazinha diferente e apaixonante. Se me entrego à Alexia, algo do meu estilo e modo de ser estará se transformando.

Não importa o que eu diga agora, sempre será incrivelmente careta. Os aplicativos estão aí, mais cedo ou mais tarde também me entregarei a eles, e assim o mundo vai. Só me pergunto: cada vez que eu abdicar de uma pequena capacidade de tomar decisões, não estarei abrindo mão de uma partezinha de minha humanidade?

Fonte: CARRASCO, Walcir, VEJA, 20 de agosto 2021.

Questão 01

O texto "Viciados em Aplicativos" apresenta uma preocupação existencial:

- A) sobre o engarrafamento nas grandes cidades.
- B) com a perda da humanidade do autor.
- C) de medo em se viciar em aplicativos.
- D) com a pouca confiabilidade dos artefatos tecnológicos.

Questão 02

À síndrome da dependência digital dá-se a denominação de:

- A) claustrofobia.
- B) homofobia.
- C) necrofobia.
- D) nomofobia.

Questão 03

Completa o diálogo seguinte com adequação à norma culta:

- "- Vai pela direita.
- O Waze está mandando à esquerda.
- Mas eu prefiro ..."

- A) - Mas eu prefiro dobrar à esquerda.
- B) - Mas eu prefiro mais a direita.
- C) - Mas eu prefiro mais à direita do que à esquerda.
- D) - Mas prefiro menos Waze e mais minha opção.

Questão 04

Leia o excerto a seguir: (...) fiquei deslumbrado com a possibilidade de chegar aonde quisesse.". Sobre ele, é adequado afirmar:

- A) "aonde" pode ser substituído por "onde" sem provocar desvio.
- B) A forma "quisesse" é de pretérito perfeito.
- C) O verbo auxiliar "deslumbrado" está no particípio.
- D) O sentido de deslocamento do verbo "chegar" abona o uso de "aonde".

Questão 05

Assinale a alternativa que analisa o excerto: "Até hoje não incorporei a Siri à minha vida." inadequadamente:

- A) O acento grave é optativo com pronome possessivo.
- B) O sentido de "incorporar" é o de "incluir."
- C) O autor não descarta o futuro uso da Siri.
- D) O emprego da vírgula, após "hoje", provocaria desvio da norma padrão.

Questão 06

Assinale a alternativa que apresenta a perfeita relação entre aplicativo (1ª Coluna) e destinação (2ª Coluna):

1ª Coluna	2ª Coluna
1- Waze	() Assistente inteligente para aparelho da Apple.
2- Siri	() Aplicativo que auxilia a configuração de dispositivos como alto-falante Speaker.
3- Google home	() Instrutor de navegação de trânsito.
4- Alexa	() Assistente virtual que conversa, interage e executa inclusive pesquisa em internet.

- A) (1), (2), (3), (4).
 B) (1), (4), (3), (2).
 C) (2), (3), (1), (4).
 D) (4), (2), (1), (3).

Questão 07

A opção gráfica "Caps Lock" (letra maiúscula) em: "- ENTRA À DIREITA DE UMA VEZ!" sugere:

- A) o grau de distensão na conversa dos ocupantes do veículo.
 B) a ênfase dada à mensagem.
 C) a imitação do modo de falar coloquial dos GPS.
 D) que, se não houver manobra imediata, perde-se a direção desejada.

Questão 08

Análise as afirmativas e marque a alternativa correta sobre o conteúdo e a estrutura textual.

- I- O termo "careta" conota ultrapassado.
 II- Travessões e verbos de elocução sinalizam o discurso direto presente no texto.
 III- A opção pelo Waze pode cercear o acesso a lugares pitorescos.
 IV- Expressão de "esfinge" sugere ar enigmático.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
 B) Somente I e IV estão corretas.
 C) Somente III e IV estão corretas.
 D) Somente I, II e IV estão corretas.

Questão 09

Há adequação na análise fonética e morfológica da palavra somente em:

- A) aplicativos: 11 letras - 5 fonemas - substantivo.
 B) temos: 5 letras - 4 fonemas - verbo.
 C) tranquila: 9 letras - 8 fonemas - adjetivo.
 D) volante: 7 letras - 7 fonemas - substantivo.

Questão 10

Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave denota um certo grau de intimidade.

- A) "- ENTRA À DIREITA DE UMA VEZ!".
 B) "- O Waze está mandando à esquerda."
 C) "Até hoje não incorporei a Siri à minha vida."
 D) "Se me entrego à Alexia, (...)".



ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Utilize os preceitos do Decreto n. 8.420/2015 e suas alterações para responder as questões 11 e 12 a seguir.

Questão 11

Sobre o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, apenas não se pode afirmar:

- A) Da decisão administrativa sancionadora cabe pedido de reconsideração com efeito devolutivo, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação da decisão.
 B) A autoridade julgadora terá o prazo de trinta dias para decidir sobre a matéria alegada no pedido de reconsideração e publicar nova decisão.

C) Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica novo prazo de trinta dias para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

D) A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não apresentar pedido de reconsideração deverá cumprí-las no prazo de trinta dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Questão 12

As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei n.º 12.846/2013 e suas alterações:

- I- multa.
 II- publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Após a análise dos itens, marque a alternativa correta:

- A) Apenas o item I está correto.
 B) Apenas o item II está correto.
 C) Ambos os itens estão corretos.
 D) Ambos os itens estão errados.

Questão 13

Qual cadastro conterá informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a administração pública de qualquer esfera federativa?

- A) O Cadastro Nacional de Empresas Licitantes Suspensas - CELS.
 B) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.
 C) O Cadastro Brasileiro Restritivo de Pessoas Jurídicas - CBRPJ.
 D) O Cadastro Brasileiro de Pessoa Jurídicas Corruptas - CBPJC.

Questão 14

A exclusão dos dados e informações constantes do CNEP se dará com fim do prazo do efeito limitador ou impeditivo da sanção ou mediante requerimento da pessoa jurídica interessada, após cumpridos os seguintes requisitos, quando aplicáveis:

- I- cumprimento parcial do acordo de leniência;
 II- reparação do dano causado;
 III- quitação da multa aplicada.

Estão corretos:

- A) os itens I e II.
 B) os itens II e III.
 C) os itens I e III.
 D) todos os itens.

A Lei n. 12.846/2013 deve ser considerada para analisar as questões 15, 16 e 17.

Questão 15

Leia a afirmação seguinte e marque a alternativa que a analise corretamente nos termos da Lei n. 12.846/2013: "A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença."

- A) A afirmação está totalmente de acordo com a Lei n. 12.846/2013.
 B) A afirmação está em desacordo com a Lei n. 12.846/2013 porque o valor é apurado antes da liquidação.
 C) A afirmação está parcialmente correta pois o valor será apurado em ato posterior à liquidação mesmo que conste expressamente na sentença.
 D) A afirmação está errada, já que a reparação pode ser parcial.

Questão 16

Sobre as disposições finais da Lei em questão que trata sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, apenas não se pode afirmar:

- A) A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.
 B) As sociedades sem personalidade jurídica não poderão ser representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.
 C) A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.
 D) Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

Questão 17

Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados:

- I- da ciência da infração.
 II- no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver iniciado.

Após a análise das assertivas, marque a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está correta.
 B) Apenas a assertiva II está correta.
 C) Ambas as assertivas estão corretas.
 D) Ambas as assertivas estão erradas.

As questões 18, 19 e 20 devem ser respondidas de acordo com a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Questão 18

Marque a única alternativa que não completa corretamente o enunciado do art. 9º que assim dispõe: "O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso."

- A) finalidade específica do tratamento.
 B) forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e pessoal.
 C) identificação do controlador.
 D) informações de contato do controlador.

Questão 19

Sobre o legítimo interesse do controlador, apenas não se pode afirmar:

- A) Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.
 B) O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.
 C) O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a apoio e promoção de atividades do controlador.
 D) A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse pecuniário, observados os segredos profissionais.

Questão 20

O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- A) cumprimento de obrigação moral ou regulatória pelo controlador.
 B) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
 C) tratamento exclusivo de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
 D) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a identificação dos dados pessoais sensíveis.



INFORMÁTICA

Questão 21

No sistema operacional Windows 10, com qual conjunto de teclas pode-se abrir o gerenciador de tarefas (taskmgr)?

- A) Ctrl + Esc.
 B) Ctrl + Shift + Esc.
 C) (logotipo do Windows) + L.
 D) (logotipo do Windows) + PrtScr.

Questão 22

Com relação aos conceitos de Intranet e Internet, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

- I- Uma intranet é restrita a empresa e seus colaboradores, enquanto a Internet pode abranger o mundo inteiro. Toda rede local é uma Intranet.
 II- Tanto a Internet como as Intranets baseiam-se no modelo cliente-servidor e na pilha de protocolos TCP/IP.

- A) Ambas as afirmativas estão corretas.
 B) Somente a afirmativa I está correta.
 C) Somente a afirmativa II está correta.
 D) Nenhuma das afirmativas está correta.

Questão 23

A planilha a seguir foi desenvolvida em Calc do pacote LibreOffice. Nela, uma célula possui a seguinte fórmula: =ARRED(SOMA(A1;A2);2). Qual valor será o resultado do cálculo desta fórmula?

	A
1	29,335
2	48,339
3	

- A) 77,66
B) 77,67
C) 77,69
D) 78,00.

Questão 24

Durante a elaboração de uma apresentação Impress do LibreOffice, qual conjunto de teclas insere um novo slide?

- A) Ctrl+M.
B) Shift+F3.
C) Ctrl+PageDown.
D) Ctrl+K.

Questão 25

Uma instituição optou por manter seu conjunto de programas e aplicativos na infraestrutura onde todo hardware e o software são dedicados unicamente à esta organização e armazenar seus dados em uma nuvem fora da empresa contratando um serviço de cloud operado por terceiro e entregue à instituição pela Internet. Esta solução caracteriza uma solução de:

- A) nuvem privada.
B) nuvem pública.
C) nuvem assimétrica.
D) nuvem híbrida.



LEGISLAÇÃO

A Lei Estadual n.º 5.810/1994 e alterações que dispõem sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará deverá ser utilizada para responder as questões 26, 27, 28, 29 e 30.

Questão 26

Sobre a matéria atinente à transferência do servidor, apenas não se pode afirmar:

- A) Caberá a transferência a pedido do servidor ou por permuta, a requerimento de ambos os servidores interessados.
B) A transferência será processada atendendo a conveniência do servidor desde que no órgão pretendido exista cargo vago, de igual denominação.
C) O servidor transferido somente poderá renovar o pedido, após decorridos 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.
D) Será concedida a transferência para cargos que tenham candidatos aprovados em concurso, com prazo de validade não esgotado.

Questão 27

Referente ao tempo de serviço, analise as assertivas seguintes e marque a alternativa correta:

I- Considera-se como tempo de serviço público o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

II- Para efeito de aposentadoria e disponibilidade é assegurada, ainda, a contagem do tempo de contribuição financeira dos sistemas previdenciários, segundo os critérios estabelecidos em lei.

III- Constitui tempo de serviço público, para todos os efeitos legais, inclusive para estabilidade, o anteriormente prestado pelo servidor, qualquer que tenha sido a forma de admissão ou de pagamento.

- A) Estão corretas as assertivas I e II.
B) Estão corretas as assertivas I e III.
C) Estão corretas as assertivas II e III.
D) Estão corretas todas as assertivas.

Questão 28

Com base nas determinações sobre a licença, analise as Afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

O servidor notificado que se recusar a submeter-se à inspeção médica, quando julgada necessária, terá sua licença cancelada automaticamente. (Afirmativa I)

PORQUE

A licença não poderá ser prorrogada de ofício, mas apenas mediante solicitação. (Afirmativa II)

- A) Ambas as Afirmativas I e II estão corretas, mas a II não justifica a I.
B) Apenas a Afirmativa I está correta e a Afirmativa II não a justifica.
C) Ambas as Afirmativas I e II estão erradas.
D) Apenas a Afirmativa II está correta e justifica a Afirmativa I.

Questão 29

Leia as alternativas seguintes que tratam sobre remuneração, vencimento e acréscimos pecuniários e marque a única correta:

- A) Entre o maior e o menor vencimento, a relação de valores será de um para cinco.
B) No Ministério Público, o limite máximo é o valor percebido como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos Promotores de Justiça.
C) Os acréscimos pecuniários, percebidos pelo servidor público, serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
D) A remuneração do servidor não excederá, no âmbito do respectivo Poder, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores.

Questão 30

Analise os itens a seguir que tratam sobre regime de trabalho e marque a alternativa correta:

- I- As gratificações por prestação de serviço extraordinário e por regime especial de trabalho excluem-se mutuamente.
II- Ao servidor sujeito ao regime de dedicação exclusiva é vedado o exercício de outro cargo ou emprego.
III- A gratificação, em regime de tempo integral, se coaduna com a mesma vantagem percebida em outro cargo, de qualquer esfera administrativa, exercido cumulativamente no serviço público.

- A) Estão corretos os itens I e II.
B) Estão corretos os itens I e III.
C) Estão corretos os itens II e III.
D) Todos os itens estão corretos.

As questões 31, 32, 33, 34 e 35 deverão ser respondidas com base na Resolução n.º 05 de 15 de junho de 2009 e alterações (Regimento Interno da JUCEPA).

Questão 31

Nos termos do art. 16, apenas não constitui competência do Plenário da JUCEPA:

- A) efetuar a correição permanente dos serviços da JUCEPA.
- B) determinar a intervenção nas unidades descentralizadas e junto aos prepostos, em face de irregularidades devidamente apuradas e comprovadas.
- C) examinar e aprovar a proposta orçamentária, a prestação de contas e o plano de trabalho para o exercício seguinte.
- D) resolver as dúvidas suscitadas pela Presidência ou pelos vogais sobre a interpretação do Regimento interno da JUCEPA e suas omissões.

Questão 32

A Avaliação de Desempenho Individual tem por objetivos:
I- valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidor;
II- fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;
III- contribuir para a implementação do princípio da eficiência na JUCEPA.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 33

São atribuições do Comitê da Qualidade, exceto:

- A) proceder a avaliação crítica do sistema da qualidade.
- B) promover a divulgação da política da qualidade e incentivar sua aplicação.
- C) apreciar e aprovar o programa anual de treinamento e educação – PATE.
- D) analisar e propor ao Plenário ações que objetivem a garantia e/ou o aperfeiçoamento do sistema da qualidade.

Questão 34

Leia o trecho do artigo 54 e analise as Assertivas a seguir:

“A Gratificação de Desempenho de Atividade Mercantil - GDAM, criada pela Lei n.º 6.673, de 2 de agosto de 2004, será paga trimestralmente com base na reserva mensal de 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do total da receita de serviços arrecadado pela JUCEPA, no período.” (Art. 54). A avaliação trimestral de desempenho será devida em duas etapas:

(Assertiva I) 1ª Etapa - Avaliação Individual: correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da GDAM e representa o grau de desempenho do colaborador; e

(Assertiva II) 2ª Etapa - Avaliação Institucional: correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor da GDAM e representa o grau de desempenho institucional.

Após a análise das Assertivas, marque a alternativa correta:

- A) Ambas as Assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas a Assertiva I está correta.
- C) Ambas as Assertivas I e II estão erradas.
- D) Apenas a Assertiva II está correta.

Questão 35

Em atenção ao servidor avaliado, apenas não lhe é assegurado:
A) ser entrevistado antes do registro do seu desempenho.
B) ser comunicado, pelo Comitê da Qualidade, do início de sua avaliação de desempenho individual.
C) interpor pedido de reconsideração e recurso hierárquico, em caso de discordância do resultado de sua avaliação.
D) ter conhecimento prévio das normas, dos critérios e dos resultados da avaliação de desempenho.

A Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e alterações deverão ser utilizadas para analisar e responder as questões de 36 a 40.

Questão 36

Nos termos do inciso I do art. 7º, o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular. Sobre esse consentimento, apenas não se pode afirmar:

- A) É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.
- B) Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.
- C) Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei.
- D) O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão válidas.

Questão 37

O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I- fim do período de tratamento;
- II- determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei;
- III- verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

Depois da leitura e análise dos itens, marque a alternativa correta:

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 38

Leia as assertivas a seguir que tratam sobre a “Responsabilidade” e marque a alternativa correta:

I- A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.

II- Quando houver infração à LGPD em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação.

- A) As assertivas I e II estão corretas, e a II não tem qualquer relação com a I.
- B) A assertiva I está errada e a II correta.
- C) Ambas as assertivas estão corretas e a infração prevista na II pode ser identificada no relatório citado na I.
- D) As assertivas I e II estão equivocadas, pois os agentes públicos e autoridade nacional não possuem aludida competência.

Questão 39

O art. 41 determina que "O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.". Apenas não é uma das atividades do encarregado:

- A) receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- B) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.
- C) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.
- D) orientar os funcionários e o controlador da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.

Questão 40

O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares. A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

- I- a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- II- as informações sobre os titulares envolvidos;
- III- a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- IV- os riscos relacionados ao incidente;
- V- os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- VI- as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I, II, III, IV e V.
- B) apenas os itens I, II, V e VI.
- C) apenas os itens II, III, IV e VI.
- D) os itens I, II, III, IV, V e VI.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

Suponha que Lei estadual estabeleça que para ingressar na carreira de juiz de direito, o candidato deve ter no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 60 (sessenta) anos de idade completos até a data da posse. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) A norma é inconstitucional por usurpar a competência privativa do Supremo Tribunal Federal para propor lei que disponha sobre o ingresso na carreira da Magistratura.
- B) A norma é inconstitucional por usurpar a competência privativa do Presidente da República para propor lei que disponha sobre o ingresso na carreira da Magistratura.
- C) A norma é inconstitucional porque a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece limite etário máximo de 65 (sessenta e cinco) anos.
- D) A norma é constitucional.

Questão 42

Leia os itens seguintes sobre a eficácia das normas constitucionais:

- I- A norma que estabelece que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é de eficácia contida.

II- As normas de eficácia limitada podem ser divididas em normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos e normas declaratórias de princípio programático.

III- As chamadas normas de aplicação podem ser regulamentáveis ou irregulamentáveis.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 43

Leia os itens seguintes:

I- A liberdade de expressão está assegurada em vários dispositivos constitucionais, sendo possível considerar que a locução liberdade de expressão é gênero das quais são espécies, por exemplo, a liberdade de manifestação de pensamento e a liberdade de expressão artística.

PORQUE

II- A liberdade de expressão está relacionada à formação da autonomia individual da pessoa e, por isso, não pode sofrer restrições de qualquer natureza.

Marque a alternativa correta:

- A) Ambos os itens estão corretos e o item II explica o item I.
- B) Ambos os itens estão corretos, mas o item II não explica o item I.
- C) Apenas o item I está correto.
- D) Apenas o item II está correto.

Questão 44

É competência privativa do Presidente da República:

- A) Dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- B) Propor a criação de novas varas judiciárias.
- C) Propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- D) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Questão 45

No Direito das Obrigações, ocorre expromissão quando:

- A) a substituição do devedor for efetuada independentemente de consentimento deste.
- B) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- C) o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
- D) o credor aceita receber prestação diversa da que lhe é devida.

Questão 46

A e B firmaram contrato atípico em que A, sob premente necessidade, acabou se obrigando a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação de B. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) o negócio jurídico é válido, eis que a disciplina dos defeitos do negócio jurídico é aplicável apenas aos contratos atípicos.
- B) o negócio está eivado de vício de estado de perigo.
- C) Há lesão e, por isso, o negócio jurídico é anulável.
- D) O contrato é nulo de pleno direito.

Questão 47

Leia os itens seguintes sobre a Lei de Liberdade Econômica (Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019):

I- As disposições da Lei de Liberdade Econômica estão voltadas ao direito econômico, urbanístico e à interpretação das normas que regem as relações de trabalho, afastada de sua abrangência a interpretação e aplicação do direito civil e empresarial.

II- A Lei de Liberdade Econômica introduziu dispositivo expresso no Código Civil prevendo a separação patrimonial entre pessoa jurídica e seus sócios.

III- As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 48

A pessoa jurídica em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes é a:

- A) sociedade comum.
- B) sociedade em conta de participação.
- C) sociedade simples.
- D) sociedade em nome coletivo.

Questão 49

O Governador do Estado X foi apontado como autoridade coatora em mandado de segurança individual. O Relator do remédio constitucional deferiu a medida liminar requerida pelo impetrante. Nesse caso, é correto afirmar:

A) O Relator não poderia ter proferido essa decisão, eis que a Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009, veda expressamente a concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança individual ou coletivo.

B) Caso o Estado queria recorrer da decisão, deverá interpor agravo de instrumento.

C) Com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, o prazo de 10 dias para a autoridade coatora apresentar as informações passou a ser contado em dobro.

D) O Relator poderia ter exigido contracautela para deferir a medida liminar.

Questão 50

O Estado X é réu em processo que discute a responsabilidade do ente público por danos materiais e morais. Na sentença, o juiz afastou o dano moral e condenou o Estado a pagar danos materiais, além de honorários advocatícios. O Estado não interpôs recurso, mas a parte autora apelou para reformar o capítulo da sentença atinente aos danos materiais. O feito tramita na Justiça comum, em Vara própria da Fazenda Pública. Neste caso, é correto afirmar:

A) O Estado não poderia ter sido condenado ao pagamento de honorários advocatícios, pois vigora a regra de que, em demandas contra a Fazenda Pública, os honorários apenas serão devidos em fase recursal.

B) O Estado poderá apelar adesivamente, sendo de 15 (quinze) dias úteis o prazo, contados a partir da intimação para oferecer contrarrazões à apelação da parte autora.

C) O Estado não poderá apelar adesivamente.

D) O prazo para o Estado oferecer contrarrazões à apelação da parte autora é de 30 (trinta) dias úteis.

Questão 51

Leia os itens seguintes a respeito da fundamentação das decisões judiciais:

I- A garantia tem índole constitucional, havendo previsão expressa no sentido de que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

II- Não se considera fundamentada sentença que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

III- A fundamentação é exigida apenas em sentenças, acórdãos e decisões monocráticas, sendo dispensável em decisões interlocutórias.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 52

Marque a alternativa correta:

A) Os chamados agentes de fato são aqueles que, a despeito da investidura irregular, desempenham função pública. Os agentes de fato podem ser agentes necessários e agentes putativos.

B) O servidor público efetivo tem direito adquirido à imutabilidade do estatuto vigente à época de sua investidura, valendo para ele apenas as normas jurídicas supervenientes que ampliem as vantagens do cargo, emprego ou função.

C) Está no campo da discricionariedade administrativa a inclusão de exame psicotécnico em concurso público, de modo que ainda que inexistente essa exigência legal para o cargo, a Administração pode incluí-la no edital se justificada pelo interesse público.

D) Em razão do princípio da independência entre as instâncias vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, a sentença penal condenatória de servidor público pela prática de crime funcional não produz efeitos na esfera administrativa.

Questão 53

Leia os itens seguintes sobre desapropriação:

I- A doutrina pacificou o entendimento de que conceito de necessidade pública é mais abrangente que o de utilidade pública, sendo correto afirmar que toda desapropriação útil é desapropriação necessária.

II- Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.

III- Na desapropriação por interesse social, os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 54

Marque a alternativa correta em relação às modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:

- A) Uma das inovações da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, foi a inserção da melhor técnica como um dos critérios de julgamento possíveis no pregão.
- B) A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, além de extinguir as modalidades tomada de preços e convite, previu o diálogo competitivo como nova modalidade de licitação.
- C) A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, manteve a concorrência como modalidade a ser utilizada para a alienação de bens imóveis.
- D) O pregão é incompatível com a contratação de serviços comuns de engenharia, devendo, nesse caso, a contratação ser sempre precedida de concorrência.

Questão 55

No que toca à matriz de risco nos contratos administrativos, marque a alternativa correta:

- A) Uma das novidades da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, foi a possibilidade de inserir nos contratos administrativos cláusulas atinentes à matriz de riscos, o que é expressamente vedado pela disciplina da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- B) Pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, matriz de alocação de risco é obrigatória a todos os contratos celebrados sob a égide da nova legislação.
- C) Ainda que possa influenciar nos custos da contratação, não há qualquer relação entre a matriz de riscos e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- D) A matriz de alocação de riscos deverá promover a alocação eficiente dos riscos de cada contrato e estabelecer a responsabilidade que caiba a cada parte contratante, bem como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso este ocorra durante a execução contratual.

Questão 56

O serviço público pode ser entendido como "toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade" (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Grupo GEN, 2020. p. 341). Desse conceito, podem ser extraídos critérios para definição de serviço público, bem como suas características. Sobre o tema, leia os itens seguintes:

- I- Pelo critério material, serviço público é toda atividade prestada sob regime de direito público.
- II- A essencialidade do serviço está relacionada ao interesse coletivo e não tem parâmetros objetivamente definidos, sendo noção que varia conforme o tempo e o espaço.
- III- Algumas atividades podem ser disciplinadas por regime jurídico híbrido, com a incidência de normas de direito público e de direito privado.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 57

Marque a alternativa correta a respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar:

- A) De acordo com a anterioridade nonagesimal, o tributo deve ser instituído até 90 (noventa) dias antes do final do exercício financeiro.
- B) A imunidade recíproca desautoriza a União a cobrar taxa do Estado.
- C) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- D) É permitido ao ente tributante instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

Questão 58

Leia os itens a seguir:

I- O menor de 16 (dezesseis) anos não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.

PORQUE

II- De acordo com o Código Tributário Nacional, os absolutamente incapazes na forma do Código Civil não têm capacidade tributária.

Marque a alternativa correta:

- A) Ambos os itens estão corretos e o item II justifica o item I.
- B) Ambos os itens estão corretos, mas o item II não justifica o item I.
- C) Apenas o item I está correto.
- D) Ambos os itens estão errados.

Questão 59

Assinale a alternativa correta sobre domicílio tributário:

- A) Caso seja incerta a residência habitual da pessoa natural, seu domicílio tributário será o último local em que foi encontrada.
- B) O Código Tributário Nacional reproduz, para o domicílio tributário das pessoas naturais, as mesmas regras do domicílio civil constantes do Código Civil.
- C) Apenas as pessoas jurídicas podem eleger o seu domicílio tributário.
- D) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando dificulte a arrecadação.

Questão 60

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê três leis orçamentárias: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em relação a estas leis, leia os itens seguintes:

- I- Não será aprovada emenda ao projeto de lei do orçamento anual que não indicar os recursos necessários à alteração proposta.
- II- Apenas o PPA é de iniciativa do Poder Executivo.
- III- O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.



Leia, com atenção, os textos:

Texto 01

Lei da Liberdade Econômica fez um ano. Qual seu impacto nos negócios?

Para André Santa Cruz, diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), a legislação está melhorando o ambiente de negócios do país

(Fonte: Por Renato Carbonari Ibelli 02 de Outubro de 2020. Editor ibelli.dc@gmail.com)

Texto 02

A Lei da Liberdade Econômica completou um ano em setembro. Trata-se de uma legislação extensa, que modifica diversos aspectos da interação entre a pessoa jurídica e órgãos públicos com o objetivo principal de reduzir a burocracia.

Muitos pontos da lei ainda precisam de regulamentação, caso de artigo que trata do abuso de poder regulatório. Outros, exigirão longos debates para serem implementados, como a previsão da extinção do e-Social.

Mas os artigos que estão em vigor têm transformado positivamente o ambiente de negócios, segundo André Santa Cruz, diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei).

Ele cita alguns pontos da legislação já regulamentados que agilizaram o processo de abertura de empresas. Um deles é a previsão de dispensa de licença e alvará para atividades que envolvam baixo risco.

"A Lei da Liberdade Econômica reconhece a boa-fé do cidadão. No lugar de certidões e documentos, o que se pede ao empresário agora é uma autodeclaração", diz Santa Cruz.

Nessa mesma linha, o empresário foi desobrigado da autenticação em cartório para processos de registro da empresa na Junta Comercial. O advogado ou o contador da empresa garantem a autenticidade da documentação.

Esse tipo de mudança tem acelerado consideravelmente o crescimento do número de Microempreendedores Individuais (MEI) e de micros e pequenos negócios, que são a base da economia brasileira, abrangendo mais de 90% das empresas ativas no país.

Outro ponto da lei destacado pelo diretor do Drei é a previsão de uso do registro automático, quando o empresário opta pelo chamado contrato padrão. Por se tratar de um contrato pré-redigido, não há necessidade de análise da documentação, o que agiliza o registro da empresa.

"Como a maioria das empresas são formadas por sociedades simples, o contrato padrão é usado com frequência", diz Santa Cruz.

A velocidade de abertura de empresas tem aumentado. No último boletim Mapa de Empresas, do governo Federal, publicado em setembro, o tempo médio para abrir empresa no país foi de dois dias e 21 horas. Em 2019, eram necessários cinco dias e 19 horas.

Para que as determinações da Lei da Liberdade Econômica fossem cumpridas pelos órgãos públicos, foi necessário um grande esforço de digitalização dos processos, que veio a calhar nesse período de pandemia, quando os serviços on-line se mostraram essenciais.

"O processo de transformação digital das Juntas, por exemplo, é anterior à pandemia. Muitas já estavam funcionando 100% digitalmente, o que permitiu dar suporte aos empresários mesmo nos períodos mais críticos da pandemia", afirma o diretor do Drei.

No Brasil há um estranho fenômeno de leis que não pegam. Mas para Santa Cruz, não é o caso da que trata da Liberdade Econômica. "Ela pegou, e o governo tem feito as regulamentações rapidamente, o que é importante para que ela seja assimilada", diz.

Santa Cruz acredita que, com essa legislação o Brasil se coloque, nos próximos anos, entre os 50 países com melhor ambiente de negócios. Hoje, pelo ranking Doing Business, do Banco Mundial, o país aparece na posição 124.

(Fonte: Diário do Comércio. Disponível em <https://dcomercio.com.br/categoria/leis-e-tributos/lei-da-liberdade-economica-fez-um-ano-qual-seu-impacto-nos-negocios>)

Acerca da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019), disserte em, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre os princípios da livre iniciativa e livre exercício da atividade econômica e explique dois dos instrumentos citados no Texto 02 que têm contribuído para a agilização do processo de abertura de empresas.

01

02

03

04

05

06

07



PROVA DISCURSIVA

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30